



REQUERIMENTO
(^a)

Número

/XIV



PERGUNTA
(^a)

Número

/XIV

Assunto: Linha de muito alta tensão em Barcelos

Destinatário: Ministro do Ambiente e da Ação Climática

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Desde que o Governo anunciou a construção de uma linha de muito alta tensão que atravessa concelhos dos distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto, movimentos e autarquias locais têm se mobilizado e contestado aquela infraestrutura elétrica, exigindo traçados alternativos ou sua suspensão.

Criaram-se movimentos populares e institucionais em vários concelhos do Minho, sendo de destacar a mobilização no concelho de Barcelos com manifestações e aprovação de moções das Juntas e Assembleias de Freguesia afetadas pelas infraestruturas da linha de muito alta tensão. Tanto os executivos camarários como as Assembleias Municipais pronunciaram-se igualmente em sentido contrário à linha de muito alta tensão, sendo que na Assembleia Municipal de Barcelos – por proposta do Bloco de Esquerda – foi criada uma Comissão de Acompanhamento da Linha de Muito Alta Tensão, que se mantém ativa.

Em causa estão os sérios riscos de impactes no ambiente e na saúde da população local.

A linha de muito alta tensão, cujo traçado foi definido pela REN – Redes Energéticas Nacionais, surge no âmbito da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade determinada pelo Governo para escoar a eletricidade gerada nas barragens da EDP de Frades e Salamonde II para a Galiza. O plano do Governo implica construir uma linha dupla trifásica de 400 Kv – o dobro da tensão habitual das linhas de alta tensão existentes em Portugal.

Está previsto que a linha atravessasse oito concelhos do distrito de Viana do Castelo, bem como Vila Nova de Famalicão e Barcelos, no distrito de Braga, e Vila do Conde e Póvoa de Varzim, no distrito do Porto, atravessando um total de 121 freguesias dos três distritos.

A Resolução da Assembleia da República n.º 216/2018, de 31 de julho, veio recomendar ao Governo a suspensão da construção de linhas de muito alta tensão nos concelhos de Barcelos e Ponte de Lima, enquanto não fossem conhecidos os impactes destas infraestruturas na saúde das populações.

Subjacente a esta recomendação da Assembleia da República está a aplicação do princípio da precaução, o qual, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), consiste numa “política de gestão do risco

aplicada em circunstâncias de elevado nível de incerteza científica, refletindo a necessidade de tomar medidas para um potencial risco de perigo sem bloquear os resultados da investigação científica.” Em referência direta à exposição humana aos campos elétricos e magnéticos gerados pelas infraestruturas elétricas, a OMS recomenda que “os governos e a indústria devem acompanhar a ciência e promover programas de investigação para reduzir ainda mais a incerteza das evidências científicas sobre os efeitos na saúde da exposição a frequências eletromagnéticas.”

Neste âmbito, o Decreto-Lei n.º 11/2018, de 15 de fevereiro, regulamenta o afastamento das linhas elétricas de alta e muito alta tensão a infraestruturas sensíveis, definindo distâncias de 15, 25 e 45 metros (dependendo da classe de tensão das linhas elétricas) a habitações, escolas, hospitais, lares de terceira idade, entre outras infraestruturas sensíveis. Contudo, as distâncias definidas no decreto-lei carecem de fundamentação científica que ateste a segurança para a saúde das populações. Urge, por isso, conduzir estudos robustos que definam, com base em evidências científicas, as distâncias seguras entre os diferentes tipos de linhas elétricas e os núcleos populacionais.

Apesar da incerteza associada aos riscos para a saúde humana de linhas de alta e muito alta tensão – e contrariando o princípio da precaução –, estará já em curso no concelho de Barcelos a implantação das infraestruturas que suportarão a linhas muito alta tensão.

Na Galiza, a Rede Elétrica Espanhola foi obrigada a suspender o projeto e a redefinir o traçado original, propondo agora um traçado compatível com zonas habitacionais, agrícolas, e de conservação. No novo traçado, as estruturas de apoio da linha de muito alta tensão são colocadas a pelo menos 100 metros de distância de habitações.

O Bloco de Esquerda considera inaceitável que se avance para a implantação da linha de muito alta tensão no concelho de Barcelos e nos concelhos do distrito de Viana do Castelo ao arrepio da Resolução da Assembleia da República e da legítima preocupação e reivindicações da população local, cujo bem-estar e qualidade de vida poderá vir a ser irremediavelmente afetada.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. O Governo confirma a implantação no terreno das infraestruturas da linha de muito alta tensão da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade?
 - 1.1. Em caso afirmativo, em que fase específica se encontra o projeto? Em que freguesias e concelhos está a decorrer a construção das referidas infraestruturas?
2. O Governo deu início à realização de estudos sobre o impacto das linhas de muito alta tensão na saúde humana, de acordo com o recomendado pela Resolução da Assembleia da República n.º 216/2018?



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2.1. Em caso afirmativo, em que fase se encontram os estudos?

2.2. Em caso negativo, o que leva o Governo a não desenvolver os estudos recomendados pela Assembleia da República?

3. O Governo considera realizar um estudo sobre a possibilidade alternativa da colocação subterrânea dos cabos da linha de muito alta tensão, como recomendado pela Resolução da Assembleia da República n.º 216/2018?

4. O Governo considera suspender, ou redefinir, a construção da linha de muito alta tensão da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade?

Assembleia da República, 20 de abril de 2020

Os deputado(a)s

José Maria Cardoso (BE)

Alexandra Vieira (BE)

Jorge Costa (BE)